

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA Nº 1.153 / 2023/ CGM/ GACC

ASSUNTO: Exame do cumprimento dos procedimentos formais de compra para efetivação de contratação direta de serviço, por inexigibilidade de licitação.

SECRETARIA: SEMC

REFERÊNCIA: Processo Nº 8785009/2023

OBJETO: a contratação da atração artística “AMARO LIMA e Convidados” para apresentação musical, no dia 29 de dezembro de 2023, no evento “PRÉ- REVEILLON DA PRAIA DE CAMBURI”.

CONTRATADO: J. E. PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.

C.N.P.J. Nº: 11.193.814/0001-06

VALOR: R\$ 21.000,00

Relatório de Análise do Cumprimento do processo de contratação direta pela Lei nº 14.133/2021

Descrição Lei Federal Nº 14.133/2021	SIPAD Sequência #	Obs.
Justificativa da contratação – Documento de Formalização de Demanda - DFD	04	-
Projeto Básico – Estudo Técnico Preliminar – ETP – análise de riscos - Termo de Referência - TR	04	1
Comprovar a Habilitação Jurídica – (Art. 66)	04	-
Comprovar a Habilitação Fiscal, social e trabalhista (Art. 68, incisos I a VI)	04	2 e 3
Comprovar a Qualificação Técnica (Art. 62)	04	-
Parecer técnico - Razão da escolha do contratado – (Art. 72, VI)	04	-
Parecer técnico - Justificativa do preço – (Art. 72, VII)	04	4
Autorização da autoridade competente – (Art. 72, VIII)	10	-
Formalização da contratação - MINUTA DE CONTRATO (ou outro instrumento substitutivo)	04	4 e 5
Parecer Procuradoria Geral do Município	11	-
Emissão de FIPO 6886.2023	10	6
Assinaturas na Requisição de Serviço - RS nº 1.462 /2023	10	-
Emissão de Nota de Reserva nº	Providenciar	6
contratação direta - Lei Federal Nº 14.133/2021 – art. 74, inciso II	SIPAD Sequência #	Obs.
Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.	04	7
Decreto Municipal nº 20.272/2022	SIPAD Sequência #	Obs.
Art. 3º -Apreciação do Comitê de Controle de Gastos Públicos- CCGP	AUSENTE	-



Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

ORIENTAÇÕES

A análise desta Controladoria Geral do Município - CGM se dá com base na documentação digitalizada e contida em forma de anexo no Sistema de Processos Administrativos – SIPAD.

Sendo a presente análise quanto ao cumprimento dos procedimentos de contratação direta pela Lei Federal Nº 14.133/2021; e, com base nas informações lançadas nos autos pelos agentes públicos que aqui se manifestaram; levando em conta os atributos da presunção de legitimidade e da veracidade dos atos administrativos, não abrangendo questões jurídicas ou critérios de conveniência e oportunidade.

Antes de vir à CGM, a legalidade do ato e dos elementos que instruem o processo foram analisados pela douta Procuradoria Geral do Município – PGM conforme Parecer PGM/GLC Nº 2.014/2023 (sequência 11, SIPAD) com apontamentos a serem observados.

OBSERVAÇÕES/RECOMENDAÇÕES

- 1-** Providenciar a assinatura do Responsável pela elaboração do Termo de Referência (sequência 04, SIPAD);
- 2-** Atualizar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista que se encontram vencidas e/ou próximas do vencimento;
- 3-** Comprovar a consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) em atendimento ao parágrafo 4º, art. 91 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4-** Registramos que é de exclusiva responsabilidade da Secretaria requisitante a demonstração nos autos da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado;
- 5-** Providenciar a divulgação, para a eficácia da contratação pretendida, observando o disposto no §2º, do art.94 da Lei Federal 14.133/2021;



Estado do Espírito Santo
Controladoria Geral do Município

6- Recomendamos instruir os autos com o ato que autoriza as razões da inexigibilidade pela autoridade competente em atendimento ao inciso VIII, art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021;

7- Recomendamos a Secretária Requisitante observar que todos os documentos juntados, aos autos, em cópias simples e/ou retirados da internet deverão ter sua autenticidade atestada em atendimento ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Municipal nº 18.156/2020, que dispõe sobre o nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em documentos e transações em interação com o Município de Vitória.

Até a presente fase, da contratação pretendida, essas são as observações desta Controladoria.

Ressaltamos ainda que a Secretaria deverá ratificar e publicar o extrato do ato que autoriza as razões da inexigibilidade pela autoridade competente em atendimento aos art. 72, parágrafo único e art. 94, inciso II, ambos da Lei Federal 14.133/2021.

Vitória/ES, 22 de dezembro de 2023.

Suely Souza Barcellos Cardoso
Gerente de Acompanhamento Contratos e Convênios
Controladoria Geral do Município – CGM/ GACC

O documento foi adicionado eletronicamente por SUELY SOUZA BARCELLOS CARDOSO, CPF: ***.62.147-** em 22/12/2023 14:25:43. Para verificar a autenticidade do documento, vá ao site "<https://protocolo.vitoria.es.gov.br?validacao>" e utilize o código abaixo:
F4C16B35-E782-45E3-B298-10D893CD1841

O documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasil - ICP Brasil por:

SUELY SOUZA BARCELLOS CARDOSO:81166214753 - Assinado Digitalmente em:
22/12/2023 14:25:54